



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ERILMA DOS SANTOS**

**A DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA:  
Estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz - BA**

Salvador

2020

**ERILMA DOS SANTOS**

**A DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**  
**Estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de Vera Cruz - BA**

Trabalho acadêmico apresentado como conclusão ao Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, sob orientação da docente Dr<sup>a</sup> Edilza Sotero.

Salvador

2020

SANTOS, Erilma. A discriminação do negro no livro didático de história do município de Vera Cruz. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender a discriminação do negro impregnada no livro didático de história do 3º ano do ensino fundamental do município de Vera Cruz e, desta forma, estabelecer um diálogo do que propõe a lei 10.639/03, tendo em vista o pressuposto de que o livro didático é um dos principais veiculadores de estereótipos em relação ao negro, bem como o professor seu principal mediador. Diferentes autores chamam atenção para a forma de representação do negro no livro didático, retratado como segmento minoritário e exercendo funções estigmatizadas na sociedade, além de serem estereotipados. Diante disso, o papel do professor assume a importância de mediação principal, na utilização do livro didático de forma crítica, corrigindo os estereótipos na relação pedagógica professor-aluno, a partir de uma visão do negro em lugares de destaque e ocupando setores importantes na sociedade. A pesquisa utiliza metodologia bibliográfica e técnicas de investigação de caráter exploratório, por meio de aplicação de questionários, via online, com perguntas a docentes da rede Municipal de ensino de Vera Cruz, localizada próxima à cidade de Salvador, Bahia. Os resultados alcançados foram que os livros didáticos, em especial o de história ainda precisam ser repensados em relação às questões das imagens, textos, atividades que abordam o negro de forma estereotipada e assim contribuindo para que haja uma negação de sua identidade, uma vez que as imagens não dão margem para compreensão do negro de forma positiva, além das dificuldades enfrentadas pelas professoras em relação às discussões sobre diversidade étnico - raciais onde se pratique uma educação de qualidade, igualitária, antirracista e com respeito às diferenças.

**Palavras-chaves:** discriminação, negro. livro didático. Atuação docente.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figura

Figura 1 Livro didático utilizado na pesquisa.....	35
Figura 2 escritor Daniel Mundukuru em Brasília. DF, 2012.....	36
Figura 3 Capa do livro Luana: As sementes de Zumbi.....	37
Figura 4 Atividade menina com trancinhas afro. ....	38
Figura 5 Atividade mapa ilustrado da cidade de São Paulo .....	39

### Gráficos

Gráfico 1: Classificação do (IBGE) quanto á cor / raça.....	44
Gráfico 2: As leis 10.639/03 e ou 11.645/08.....	45
Gráfico 3: Cursos de formação.....	46
Gráfico 4: Temática sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. ....	47
Gráfico 5: Livro didático da escola. ....	48

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. O MOVIMENTO NEGRO E A LEI 10.639 .....	12
2.1 A luta do movimento negro por educação .....	14
2.2 O processo de aprovação da lei 10.639/2003 .....	17
2.3 Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana .....	19
2.4 O plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana – Lei 10.639/03 – análise sobre o Ensino Fundamental.21	
3. O NEGRO NAS ABORDAGENS DO LIVRO DIDÁTICO.....	24
3.1 Currículo Escolar e a educação para as relações étnico-raciais .....	28
3.2 A BNCC e suas implicações para a educação das relações étnico-raciais .....	30
3.3 O livro didático após a lei 10.639/03.....	32
3.4 Breve caracterização do município e da rede municipal de ensino de Vera Cruz .....	33
3.5 Análise do livro didático do livro de história adotado pela rede Municipal de Vera Cruz/BA.....	35
4. A PROFESSORA COMO MEDIADORA DO LIVRO DIDÁTICO .....	41
4.1 Formação de professoras como base para uma educação antirracista .....	42
4.2 Resultados da aplicação de questionários com professoras da rede Municipal de Vera Cruz.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS: .....	55

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar as imagens do negro que estão impregnadas no livro didático de história do ensino fundamental da rede Municipal de ensino de Vera Cruz, após a promulgação da lei 10.639/03 e da lei 11.645/08, que obriga as escolas do ensino básico regular, públicas e privadas, o ensino da história e cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

Na educação básica, as imagens dos corpos negros e indígenas aparecem regularmente como representações folclóricas no dia 13 de maio (para os negros), dia 19 de abril (para os indígenas), ou como as uma lembrança histórica pontual no Dia da Consciência Negra (dia 20 de novembro). História e cultura africana, indígena e afro-brasileira é algo que deveria ser tratado em todos os momentos, oferecendo dinâmicas que retratem a importância do negro e indígenas na construção do país e trazendo questões sobre a ideologia da branquitude<sup>1</sup>, onde o branco é associado ao belo, bom, puro e inteligente, em oposição a negros e indígenas, associados ao feio, malvado, incapaz, com atributos físicos não humanos.

Sendo assim, muitos pertencentes à população negra e indígena se auto atribuem essas características impostas de depreciação que o dominante da cor branca os impõe. Negros e indígenas se apropriam da ideologia da inferiorização, implicando em uma auto rejeição, refletindo na destruição de sua identidade, de sua autoestima, apenas reconhecendo os valores e potencialidades associados à identidade branca europeia. Esse processo que envolve inferiorização do negro e supervalorização do branco resulta em uma lógica social que opera as engrenagens

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pela literatura científica sobre a identidade racial branca de língua inglesa, assim como a de língua portuguesa, de maneira geral concentra-se em pesquisar os significados de ser branco, os tipos de racismos praticados por brancos que discordam da tese de superioridade racial branca.

da subordinação. Por isso, desde a chegada do negro ao Brasil, somados aos indígenas que já se encontrava no país, o colonizador (os portugueses) justificaram a escravidão, a opressão e a marginalização a que é submetido o povo negro e indígena através de atribuições que os colocaria como raça inferior. A condição de opressão e desqualificação do negro é uma forma de prejudicar e negar a aceitação das diferenças na sociedade brasileira.

No entanto, é importante que se pratique uma educação antirracista, onde haja relações-raciais de negros e brancos com intuito de desmistificar a superiorização e inferiorização das raças, pois é fundamental o respeito às diferenças. Nesse sentido se tem uma visão de construção de sociedade e da educação como espaços mais igualitários, democráticos e justos para todos.

A diversidade de tons de cor de pele, características físicas que existem nas regiões brasileiras, se dá por motivo das imigrações e miscigenação da raça branca, negra e indígena. Ou seja, houve um cruzamento entre as raças para a existência da diversidade de cores que compõem as características físicas do povo brasileiro. Entretanto, as vantagens e privilégios de reconhecimento para ter uma vida digna são apenas direcionados ao povo branco. Já que vivemos um “mito da democracia racial” em que todos os povos têm seus direitos reconhecidos. Cabe responder à questão: o que é o “mito da democracia racial”?

Mito é algo inexistente, irreal, uma narrativa fantasiosa. Falar em “mito da democracia racial” leva-nos a interpretar que a democracia racial não existe. Gilberto Freire, em sua obra *Casa Grande e Senzala* considerava como certa a existência de uma relação cordial entre senhores e escravos no período colonial brasileiro. Segundo ele, os senhores mantinham relação de cordialidade com seus escravos e escravas, mantendo, com estas, muitas vezes, relações sexuais. O problema dessa visão é que ela não enxerga que a cordialidade do escravo para com o seu senhor advém do medo e que as relações sexuais entre escravos e seus senhores brancos eram, na maioria das vezes ato de violência sexual ou consentida por medo de sofrer castigos. O mesmo fenômeno aconteceu com as índias brasileiras e os brancos.

De fato, com o fim da escravidão, pode-se constatar no Brasil a grande miscigenação entre negros de origem africana, brancos de origem europeia e índios

das terras brasileiras, o que difere nosso país de todos os outros territórios colonizados no Ocidente. No entanto, o racismo persistiu ainda por muito tempo de maneira descarada, pública e impune e, ainda hoje, persiste nos espaços públicos e privados de forma estrutural e velados.

Autores como Kabengele Munanga (2008), Florestan Fernandes (2008), Abdias Nascimento (2016), Lélia Gonzalez (1983), Conceição Evaristo (2013), entre outros, são responsáveis por desmistificar a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil.

A situação de desigualdade social, econômica, de saúde e educacional, identificam as diferenças e a quem as oportunidades têm sido perpetuadas como uma herança no Brasil. E assim, é necessário afirmar que não existe democracia racial, mas sim mecanismos velados que definem e perpetuam a raça branca como o ideal para ter acesso aos direitos.

Compreendo o desafio de refletir e lidar com a questão racial no Brasil, seguirei apresentando nas próximas páginas os caminhos que me conduziram a propor essa investigação sobre discriminação racial nos livros didáticos.

O despertar para investigar esta temática aconteceu na aula de Metodologia de Português, no curso de Pedagogia da UFBA/FACED, quando a docente do componente curricular apresentou a lei 10.639/03, trazendo uma discussão sobre a imagem do negro no livro didático e os estereótipos contidos nas representações sociais do povo negro. Nesta apresentação da docente, as imagens do negro em alguns textos e ilustrações eram associadas a animais, estigmatizados em papéis subalternos, havia depreciação explícita do negro, auto rejeição da cor preta, adjetivação pejorativa e pessoas negras apareciam. A palavra discriminação é um substantivo feminino, que significa distinção ou diferenciação. No entanto, o sentido mais comum do termo é designar uma ação preconceituosa em relação a uma pessoa ou grupo de pessoas. A discriminação ocorre quando alguém adota uma atitude preconceituosa (baseadas em ideias preconcebidas) em relação a alguém, seja por questões de gênero, orientação sexual, religião, situação econômica ou qualquer outro aspecto social.



A discriminação do negro no livro didático é uma questão que deve ser analisada e refletida, pois é comum que a imagem do negro apareça em limitadas ocasiões, e quando aparece é com representações inferiorizadas e com isso a criança negra acaba não assumindo sua identidade, não se vê nas ilustrações e textos ocupando lugar de destaque, as pessoas brancas, aparecem como classe dominante detentora do poder e no controle dos dominados.

Nos estágios, quando se dão as reflexões a partir das observações e coparticipação no ambiente escolar, passei a ter uma visão da teoria na prática. Nesse sentido percebi a rejeição da criança negra, que idealiza um padrão a ser seguido, onde busca se adequar a esse padrão. Compreendi que é preciso uma educação que empodera com acolhimento, elogio, representatividade e literatura negra com intuito de despertar na criança o prazer em fazer parte da diversidade racial e de se reconhecer perante as imagens, textos e ilustrações no meio escolar e em outros espaços.

No contato com as crianças negras em sala de aula identificamos em muitos deles um comportamento de não aceitação da sua condição de ser negro em relação ao seu assemelhado de sua cor, assim como uma atitude de desvalorização em relação a eles por parte dos seus colegas de pele mais clara.

O livro didático não é o único, mas é um instrumento pedagógico de uso sistemático, em escolas tradicionais contemporâneas em grande parte é atrelado a políticas de educação que ainda não foram repensadas como: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAIC (pacto nacional pela educação na idade certa) é um compromisso solidário assumido pelos governos Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para atender á Meta cinco do PNE (Plano Nacional da Educação), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental e o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) é destinado a avaliar e a disponibilizar material didático de forma sistemática, regular e gratuita ás escolas públicas de educação.

Neste contexto, o livro didático cria referências para o aluno. Se a referência for positiva, o aluno a guarda, em caso de referência negativa também se dá o mesmo, além de guardar as referências, estas são incorporadas ao seu cotidiano.

Além dos materiais didáticos, vale destacar a importância da ação mediadora de professores que são responsáveis em desconstruir a visão estereotipada do negro, com intuito de trabalhar de forma crítica com ênfase em uma educação antirracista onde haja respeito nas relações raciais.

No entanto, é necessário que educadores, como toda organização das redes escolares, procurem conhecer o mundo destes alunos, porque é através desse conhecimento que será possível compreendê-los e educá-los, aproveitando e respeitando o conhecimento prévio, as experiências, a cultura, que ele traz consigo, além de participar de formações referentes ao tema proposto no que tange a educação do segmento negro e indígenas. Além disso, não podemos ignorar a necessidade em investir na formação inicial e continuada de educadores.

Desse modo acreditamos que o livro didático pode ser um desmistificador das ideologias no contexto escolar, como de um ensino que evidencie os vários processos civilizatórios e culturais aqui existentes, trazendo para a sala de aula a real história do povo negro e indígena, pois existe um legado de autores, escritores, artistas, cineastas entre outros, que contribuíram e continuam, produzindo conhecimentos que valorizam a história e ascensão do povo negro brasileiro.

Esta pesquisa propõe refletir sobre a discriminação do negro no livro didático de História do fundamental I, com a proposta de repensar a inserção do negro na sociedade, a forma como ele era visto perante os colonizadores que aqui trouxeram para trabalho escravo e tratavam como objetos sem qualquer valor e esse fator acaba contribuindo para a desvalorização do negro. Além disso, tratamos dos impactos para a prática docente quando inseridos estudos da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, do negro na formação da sociedade nacional e suas contribuições nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil, além de estudos sobre negros que se destacaram em diversas áreas. Nesse sentido, organizações negras, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), reivindicam a reavaliação e inserção do papel do negro na História do Brasil.

A partir dessas problemáticas, a análise será baseada nas experiências dos docentes da Rede Municipal de Vera Cruz, refletindo sobre as contribuições do movimento negro. A pesquisa pode ser inserida no esforço acadêmico

contemporâneo de compreender as possibilidades de se construir um currículo flexível e de acordo com a diversidade étnico-racial e repensar a representação da figura do negro.

Do ponto de vista teórico metodológico, parte-se de uma abordagem bibliográfica. Como indica Gil (2017 p.28), o início de toda pesquisa, engloba leituras, interpretações e análises de matérias tais como jornais, artigos, manuscritos, revistas, entre outros. A pesquisa se fundamenta em uma metodologia qualitativa, de caráter exploratório, com base na percepção dos participantes por meio da aplicação de formulário, com a utilização da ferramenta google forms, com 6 (seis) professoras da rede Municipal de ensino de Vera Cruz, a fim de apropriar-se de novas informações a respeito do tema proposto.

Um documento importante para análise será o livro didático de História, com ênfase nas ilustrações e textos referentes a personagens e pessoas negras, a fim de assimilar as contribuições da lei 10.639/03 para o tema abordado e a (re) construção do currículo escolar, capazes de garantir as necessidades formativas dos educandos, principais agentes do processo educativo.

Assim, o presente estudo tem como tema: “A discriminação do negro no livro didático de história”: Estudo sobre a rede municipal de ensino de Vera Cruz- Ba. A pergunta de pesquisa: Qual a concepção sobre o negro impregnada no livro didático? Objetivo geral é compreender a discriminação do negro impregnada no livro didático de história do 3º ano do ensino fundamental do município de Vera Cruz e como objetivos específicos refletir acerca da importância das lei 10.639/03 e 11.645/08 para o currículo escolar; Investigar como o professor percebe as ideologias e estereótipos que o livro veicula.

O presente trabalho está dividido em três capítulos e uma introdução. O capítulo intitulado “O movimento negro e a lei 10.639”, aborda a questão da busca de garantia de igualdades de direito do povo negro e a real história do papel do negro no Brasil. Além de problematizar o dia 13 (treze) de maio, a luta do movimento negro a favor da educação e suas conquistas de ações afirmativas. A questão dos estereótipos, enfatiza o dia 20 (vinte) de novembro e o processo de aprovação da lei 10.639/03 e seus embates.

O capítulo intitulado “O negro nas abordagens do livro didático”, trata do processo de colonização, além de problemáticas nas abordagens das imagens propostas no livro didático, à condição do professor enquanto mediador e desmistificador de estereótipos, o currículo que deve estar de acordo com o projeto político pedagógico da escola (PPP), as DCN’S e os PCN’S documentos sugestivos e que definem alguns objetivos e metas a serem alcançados a nível escolar e nacional com base na reflexão das vivências dos alunos e sua visão de mundo. O capítulo também propõe uma visão crítica acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Outro tema abordado no capítulo é sobre o livro didático de história após a lei 10.639, uma breve caracterização do município e da rede Municipal de ensino de Vera Cruz. Conta com uma análise do livro didático de história de Boulos, Junior (2018) utilizado no município de Vera Cruz no 3º ano do fundamental I.

Por último, o capítulo “A professora como mediadora do livro didático”, aborda o papel da professora enquanto principal mediadora no contexto escolar e a necessidade de reflexão sobre os estereótipos veiculados no livro didático, além da formação de professoras com intuito de desconstruir a lógica eurocêntrica e garantir conhecimentos, incentivo em investimento em cursos de formação para despertar novos caminhos em busca de uma educação e com respeito à diversidade étnico-racial e por fim resultado da aplicação dos questionários.

## 2. O MOVIMENTO NEGRO E A LEI 10.639

A lei 10.639, sancionada em 2003, pelo então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e, graças às lutas do movimento negro, trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana nas redes públicas e privadas de ensino. Foi alterada em 2008 pela lei 11.645/08, passando a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. De acordo com Vianna (2006, p.8),

A lei n. 10.639/2003 veio complementar uma série de dispositivos legais e é fruto também de inúmeras propostas de reivindicações feitas durante mais de 50 anos pelo Movimento Negro, que buscava, por meio delas, o estabelecimento de diretrizes que orientassem a formulação de projetos comprometidos da educação das relações étnico-raciais positivas e voltados à valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos africanos.

O movimento negro sempre buscou garantir a igualdade de direitos do povo negro e a reavaliação do papel do negro na história do Brasil. A implementação das leis 10.639 e 11.645 acaba enfrentando dificuldades em um país tão desigual e diverso, onde o racismo estrutural existe e atua na vida das pessoas negras.

Santos (1994) apresenta uma concepção mais alargada de Movimento Negro. Para o autor, ele pode ser compreendido como um conjunto de ações de mobilização política, de protesto antirracista, de movimentos artísticos, literários e religiosos, de qualquer tempo fundado e promovidas pelos negros no Brasil como forma de libertação e de enfrentamento do racismo. Entre as quais podemos citar: entidades religiosas (como as comunidades terreiro), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), culturais e políticas que visam a promoção da igualdade étnico-racial.

Domingues (2007) define o Movimento Negro como movimento político de mobilização racial, mesmo que ele assuma, em alguns momentos, um viés fundamentalmente cultural.

Os autores tentam definir o Movimento Negro com base em seus estudos e perspectivas. Outros autores e autoras construirão análises semelhantes ou

contrárias, no entanto, trata-se de visões diferentes para elucidar o mesmo fenômeno.

O Movimento Negro denuncia que a forma como o dia 13 de maio era comemorado acaba por negar a movimentação de luta dos negros no processo de abolição e a resistência negra através dos quilombos, fugas, assassinatos de senhores e abortos. Logo os livros didáticos apresentam o dia 13 de maio como dia da “libertação” e nada discutindo a respeito da luta e resistência negras, silenciando a participação dos negros em sua própria libertação.

Desde então, o dia 13 de maio ficou reconhecido como dia da abolição da escravatura, ou seja, “liberdade” dos negros. O movimento negro contesta essa comemoração, pois mesmo depois da abolição da escravatura muitos negros seguem em condições de inferioridade em processos de campos de trabalho, em sua maioria na exclusão de moradias e não estando em situação de poder em espaços acadêmicos entre outros.

Sendo assim, esta data é motivo de comemoração? Onde só se fala da assinatura da lei Áurea, em 1888 e se faz apagamento da real história que muitas vezes não é contada só dando importância a princesa Isabel que é vista como principal autora da liberdade das pessoas que foram escravizadas.

Na busca pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilidade da história e presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o movimento negro, por meio de suas principais lideranças como Abdias Nascimento, responsável pela criação de teatro experimental do negro (TEN), que nasceu para contestar a discriminação racial em 1944, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira.

O Teatro Experimental do Negro alfabetizava seus primeiros participantes recrutados e oferecia-lhes uma nova perspectiva, uma visão que os habilitava a também questionar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional. Outro ponto importante foi à publicação do jornal Quilombo (1948-1950) da imprensa negra que trabalhava pela valorização do negro em todos os setores de atividades: social, cultural, educacional, política, econômica e artística, além de combater

qualquer forma de discriminação racial, denunciando casos concretos de discriminação.

O TEN deixou herdeiros e saberes, mas a luta pela visibilidade negra na cena artística e cultural, na literatura e na mídia persiste até hoje.

## **2.1 A luta do movimento negro por educação**

O movimento negro, com lutas a favor da educação e o resgate da reparação histórica dos negros, conquistou ações afirmativas, como a lei 10.639/03, lei de cotas em Universidades Públicas, vagas para negros em concursos públicos, e alguns pontos positivos para elencar o negro e suas vivências no meio social, econômico e político. Mesmo com a criação de leis ainda há resistências na sua efetivação e a exclusão social contribui para a desvalorização do negro. Mesmo apresentando conhecimentos e qualificações, pessoas negras acabam, às vezes, perdendo oportunidades, se comparado com um branco, mesmo sem conhecimentos, pois a cor da pele se torna um fator determinante para ocupar espaços na sociedade.

O ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade. “Visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças”. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença. (SILVA, 2011, p.26).

SILVA (2011) explica que o Movimento Negro Unificado desenvolveu a prática de formação de quadros que consistia em reuniões mensais em um fim de semana em tempo integral, nessas formações estudavam textos de pesquisas do movimento negro e da academia, discutiam os textos e acontecimentos nacionais e mundiais sobre o negro e suas formas de organização. Assim, buscavam compreender os processos de libertação dos povos africanos e sua independência, na década de 1960, e identificar os grandes vultos brasileiros que lideravam movimentos negros de libertação, como Zumbi dos Palmares, João de Deus, Manoel Faustino, Luís Gonzaga (Revolta dos Búzios) João Cândido (Revolta da Chibata)

entre outros, no Brasil, Marcus Garvey, Malcom X e Martin Luther King, nos Estados Unidos, e Steve Biko, Nelson Mandela, na África do Sul<sup>2</sup>.

Logo, para conquista de libertação desse povo que foi renegado ao “status” de cidadão de igualdade de direitos, torna-se necessário a emancipação do negro na reconstrução de sua identidade além da apropriação da história oficial que não é contada, pois os negros mesmo nos navios negreiros em situações desumanas, resistiam contra esse tráfico que muitas vezes eram tirados a força de seus reinos onde exerciam funções de poder, além de pertencer à impérios com grandes riquezas.

Mattos (2012) coloca em seu livro “Histórias e cultura afro-brasileira” que as sociedades africanas durante muito tempo tiveram suas histórias preconcebidas, principalmente pelos povos europeus, nos séculos XVIII e XIX. Pois, como as sociedades africanas não apresentavam instituições políticas, padrões de comportamento e cultura semelhantes aos europeus, foi considerada uma sociedade não civilizada e sem História.

Em vista disso, o europeu definiu as histórias preconcebidas da África como legítimas e foi disseminando esse mito até a atualidade. Então, o negro é visto como preguiçoso, que não gosta de trabalhar, vadios; as mulheres negras são vistas como prostitutas, hipersexualizadas; as manifestações religiosas não são respeitadas e não foram considerados aptos para serem trabalhadores livres na depois da abolição da escravatura. Os brancos europeus e brasileiros utilizaram estes mecanismos para continuar desqualificando o povo negro, e permitiu a vinda dos imigrantes europeus para ocupar o lugar dos ex-escravos, investindo nas condições de moradia, terras, estudo e trabalho que eram por direito dos indígenas, africanos e afro-brasileiros.

[...] a lei da terra de 1850, ano que o tráfico negreiro passou a ser proibido no Brasil—embora a escravidão tenha persistido até 1888. Essa lei extinguiu a apropriação de terras com base na ocupação e dava ao Estado o direito de distribuí-las somente mediante a compra. Dessa maneira, ex-escravizados tinham enormes restrições, pois só quem dispunha de grandes quantias poderia se tornar proprietário. A lei transformou a terra em mercadoria ao mesmo tempo facilitou o acesso a antigos latifundiários—embora imigrantes europeus tenham recebido concessões, como criação de colônias. (RIBEIRO, 2019,)

---

<sup>2</sup> Segundo relato de Ana Célia Silva em uma de suas obras intitulada A representação social do negro: o que mudou? Por que mudou? (2011)



Em 1890, a República tem as suas primeiras leis penais, dentre elas a lei da vadiagem onde os negros que eram encontrados nas ruas sem trabalho poderiam ser presos e a lei da capoeira que impediam de jogarem capoeira ou de manifestar as suas culturas na rua, porque na verdade, o intuito, era proibir o agrupamento de negros nas ruas e por isso que se tem até hoje o racismo que foi se estruturando com o passar dos anos que consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças entre os povos e ideologias do branqueamento.

Almeida (2019), em seu trabalho sobre racismo estrutural concebe ao sujeito dominado apenas possíveis ações ou oportunidades em determinado tempo e contexto. Visto que as estruturas do racismo estão presentes em todos os espaços, principalmente os considerados da tradição de frequentar apenas a raça branca. Silvio de Almeida diz que não há uma forma específica do racismo, mas que todo racismo é estrutural.

A LDB (Lei de diretrizes e bases da educação), 9394/96 de 20 de novembro de 1996, estabelece novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância da África nos processos de formação nacional. A lei também incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro<sup>3</sup>, como dia da consciência negra em homenagem a morte de Zumbi dos Palmares. Líder negro responsável pelo quilombo dos Palmares, lugar de refúgio de pessoas escravizadas que conseguiam fugir das fazendas e de outros grupos. Zumbi foi escolhido pelo movimento negro para ser símbolo de luta do povo negro, mas vale ressaltar a contribuição de militantes nesse processo de resistência que tem grande importância tanto quanto Zumbi, como Tereza de Benguela que liderou o quilombo de Quaritererê, no vale do Guaporé, no Mato Grosso, após a morte de seu companheiro, José Piolho. Maria Firmina dos Reis, a primeira escritora abolicionista, que publicou em 1859, Úrsula, romance com personagens negras no Brasil escravocrata. E revoltas como a revolta de Manoel Congo, Balaiada, Revolta dos Búzios.

A inclusão do 20 de novembro no calendário escolar e a lei 10.639/03 configura uma política de ação afirmativa que representa um avanço na

---

<sup>3</sup> Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003).

democratização do currículo. Nesse sentido, institucionaliza-se incluindo a obrigatoriedade das contribuições culturais e históricas dos povos africanos para a sociedade brasileira. Mesmo antes da sanção da lei, professores pesquisavam a respeito dessa temática com participação do movimento negro, o qual proporcionou estudos sobre as questões étnico-raciais, promovendo a desconstrução de estereótipos do negro a partir de uma visão afrocentrada, numa perspectiva de empoderamento que promova sua autoestima.

A luta de combate ao preconceito e racismo no Brasil deve ser uma luta constante. Os direitos conquistados pelo Movimento Negro para os afrodescendentes terem direitos a educação e estar sempre resistindo aos impedimentos de uma parte da sociedade que pretende perpetuar as desigualdades. O legado deixado pela ancestralidade dos que vieram antes foi fundamental para a concretização das políticas afirmativas, no entanto a luta não é apenas dos negros e negras, mas de todos/ todas que desejam a nação brasileira democrática.

## **2.2 O processo de aprovação da lei 10.639/2003**

O processo para a aprovação da lei 10.639/2003 descrito por Rosana Rodrigues Heringer (2003), que por meio do Projeto de Lei número 259 de 1999 da autoria da Deputada Esther Grossi (PT/RS) e o Deputado Bem Hur Ferreira (PT/MS) foi aprovada a lei tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio em todo o país.

Esta medida foi amplamente saudada pelos ativistas do movimento negro, pois se tratava de projeto de lei que tramitava há algum tempo da Câmara dos Deputados e que contava com o apoio de várias destas organizações. O fato de ter se constituído em um dos primeiros atos do novo governo sinalizou uma preocupação em dar atenção especial a esta temática. Alguns meses depois, as preocupações voltaram-se para a necessidade de formular, no âmbito do Ministério da Educação, uma proposta de regulamentação da temática "História e Cultura Afrobrasileira". Para este fim foi constituído, em 17 de abril de 2003, um Grupo de Trabalho formado por representantes do Conselho Nacional de Educação, do

Ministério da Educação; da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; e da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura. (HERINGER, 2003, p.291).

Na justificativa a Deputada Esther Grossi (PT/RS) e o Deputado Bem Hur Ferreira (PT/MS) explicam que o projeto de lei foi originalmente de autoria do Deputado Humberto Costa. Entre o espaço de tempo do projeto de lei 259/99 e aprovação da lei 10.639/2003, o projeto tramitou na Câmara e Senado durante quatro anos e foi aprovada com dois vetos:

“§ 3º\_ As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino de 2º grau, deverão dedicar, pelo menos, 10% de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta lei.” E no 2º artigo: Art. 2º Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Para Gonçalves (2011) o veto da carga horária de 10% ocorreu porque afetaria muito o currículo das escolas privadas e seu corpo docente. “[...] Imaginem escolas das classes média e média alta terem que incorporar, anualmente, 10% de sua carga horária total, conteúdo curriculares para falar da história de afro-brasileiros” (GONÇALVES, p.125). Em relação a exigência terem nos seus espaços escolares ativistas do Movimento Negro afro-brasileiros na capacitação dos professores, não seriam bem aceitos pela comunidade particular de ensino.

A mensagem que justificava aos dois vetos da lei foi segundo Gonçalves (2011, p.125):

Entendeu-se que a exigência desrespeitava o artigo 26 da LDB de 1996 que impõe o respeito às peculiaridades regionais e locais. São sistemas de ensino que devem decidir sobre a parte diversificada do currículo segundo as características regionais e locais da sociedade, da cultura e da clientela. A justificativa para o segundo veto foi que estava sendo proposto era um corpo estranho á LDB de 1996. Foi vetada a participação de membros do “Movimento Afro-Brasileiro” nos cursos de formação docente, porque a LDB “não disciplina e nem tampouco faz menção em nenhum de seus artigos, a cursos de capacitação para professores” (Mensagem nº 7/2003). Logo, o artigo proposto contrariava uma “norma de interesse público da Lei

Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo a qual a lei não conterá matéria estranha a seu objeto” (Mensagem nº 7/2003).

### **2.3 Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**

Uma publicação importante em complementação à lei 10.639/03, foi a publicação das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. As diretrizes foram aprovadas pelo parecer 003/2004, redigido pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva<sup>4</sup>, indicada pelo movimento negro para ser a primeira pessoa negra a fazer parte do Conselho Nacional de Educação (CNE). A presença da professora no CNE e a possibilidade de atuação como relatora do documento fundamental para o processo de implementação da lei 10.639/03, o que também demonstra as articulações do movimento negro.

O parecer 003/2004 do conselho nacional de educação política de reparação que procura oferecer uma resposta, entre outras, na área educacional, à demanda da população Afrodscendente, no sentido de políticas de ações afirmativas para promover conhecimentos, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento racial além de reafirmação de sua identidade enquanto sujeitos de valores perante a sociedade a qual, idealiza a desumanização do negro. Nesse sentido, vale destacar que esta ideia acaba interferindo na autoestima, na negação de seu assemelhado e a busca do branqueamento.

A implementação da lei, envolveu um trabalho de formação de professores e formação continuada, para a efetivação desse trabalho é necessário investimento em materiais didáticos de qualidade. Segundo Rodney Willian (2018), o maior desafio de sua implantação é a rejeição de alguns professores a respeito da

---

<sup>4</sup> Professora Titular de Ensino-Aprendizagem- Relações Étnico- Raciais da Universidade Federal de São Carlos . Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da mesma universidade. Conselheira, mandato 2002-2006, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação .

temática, pois ainda se trabalha com a ideologia conservadora, além de gestores e pais que ainda resistem em adotar a lei, justificando que o racismo não deixa a lei acontecer na prática ser implantada, avançar. Seria necessário mudar a perspectiva de ensino com conhecimento de maneira afrocentrada, além de se trabalhar com referências negras e os lugares sociais de invisibilidade, que vai além da educação.

Segundo Silva (2011), que estuda a representação do negro em livros didáticos, os principais entraves para efetivação da lei 10.639/03 são a falta de cursos de educação e formação continuada e a resistência de professores por questões religiosas, como os evangélicos, que na maioria das vezes, interferem a ação docente com práticas ideológicas exercendo intolerância religiosa, em sua grande maioria, demonizam tudo em relação a história e cultura afro-brasileira, parte da religiosidade e da cultura.

Ainda para a autora, outro fator que dificulta a implementação durante seus primeiros dez anos de vigência estão inseridos nas dificuldades estruturais do sistema educacional brasileiro e em suas bases ideológicas que desde o período de escolarização no Brasil é baseada na catequização das pessoas com ênfase na religião católica a ser seguida e implantada no currículo escolar, no entanto apesar da educação atual apresentar ensino laico desvinculado da educação da igreja, sem religião.

Nesse sentido, a lei 10.639/03 foi formulada para contribuir para a superação do racismo e discriminação presente na sociedade brasileira além da reafirmação da identidade e aumento da autoestima.

A narrativa de Ana Célia Silva, que em maio de 1978, após assistir várias palestras sobre a lei Áurea e a abolição proferidas por Lélia González, militante do movimento negro no Rio de Janeiro, fundou com outros militantes o grupo Nêgo, embrião formador do movimento negro unificado na Bahia. Ana Célia deu início aos estudos sobre o mito da democracia racial e a ideologia do embranquecimento. Seus conhecimentos sobre esses mecanismos ideológicos permitiu a identificação das causas de baixa percepção dos professores, das atitudes discriminatórias bem como da auto rejeição dos alunos negros em trabalhos que publicaria ao longo dos anos como: “A discriminação do negro no livro didático” (1995/2004); “Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático” (2001/2010); “A

representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?” (2011) entre outros.

A evidência da ideologia do branqueamento, característica do Estado e de suas instituições, que expande através dos materiais pedagógicos uma imagem estereotipada do negro negativa e uma imagem do branco positiva, fazendo com que o negro não se valorize sua condição física e procure se espelhar no branco tidos como perfeitos e raça pura, estabelecendo dessa maneira a auto rejeição de seus valores e de seus assemelhados.

Após anos de atividades de militância do Movimento Negro Unificado na Bahia em escolas, universidades, associações, entre outros, o grupo diversificou as ações a partir de variáveis que tratavam da problemática em relação ao negro, tais como questões de educação, mercado de trabalho, sexualidade. Em 1981, fundou-se o Grupo de Trabalho de Educação Robson Silveira de Luz, fundado por militantes do movimento negro na Bahia a partir da percepção das dificuldades dos alunos em se identificar como negros e recusarem discutir as questões históricas e culturais que lhes apresentavam como uma das formas de reconstrução da sua identidade e autoestima. Sendo assim os militantes iniciaram os estudos nas escolas e comunidades sobre a ideologia do recalque, identificando-se a ação dos estereótipos e preconceitos na construção da representação negativa que na maioria das vezes internaliza na criança a ideia de inferioridade perante a criança branca, nesse sentido o MNU veio para desconstruir e reavaliar o papel do negro na História.

#### **2.4 O plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana – Lei 10.639/03 – análise sobre o Ensino Fundamental.**

Após a da sanção da lei 10.639/200, foi criada em 21 de março de 2003 a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e foi instituída a Política Nacional de Promoção e Igualdade Racial com o decreto 2886 de 20 de novembro de 2003. “[...] Desta forma, recolocou a questão racial na

agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. [...]”. (BRASIL, 2005, p.8 )..

O Brasil, Colônia, Império e República, tiveram historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. (BRASIL, 2005, p.8 ).

De acordo com o disposto acima, o contexto escolar no Brasil por muitos séculos foi marcado por obstáculos para os negros e negros na condição de escravos/escravas ou não, o acesso às escolas, atualmente houve alguns avanços em relação atos legislativos. Neste sentido as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-racial e para o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana apresentada a comunidade escolar deverá estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas. Representam a democratização e correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira. E, na prática, Abreu (2012) questiona o que as escolas e professores, fizeram para sua implementação?

No paragrafo 1º do artigo 2º da lei 10639/2003 foi colocado o seguinte texto:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL /MEC/CP, 2004, n.p.).

Vale ressaltar as estruturas raciais do preconceito e racismo que perpetua nas instituições brasileira de uma forma velada em que até hoje tem uma lei proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-19066) e promulgada por Getúlio Vargas (1882-1954), em 3 de julho de 1951, que proíbe a discriminação racial no Brasil e não houve avanços significativos. Logo, para ter uma implementação efetiva da lei 10639/2003 e democratizar a educação é necessário mobilizar toda a

sociedade que sentem responsáveis e promover esforços para aprimoramento das práticas e valores dos sistemas de ensino.

Abreu (2012) reflete sobre o ponto de vista histórico racial no Brasil, identificando que a identidade branca foi construída no Brasil sobre uma memória de liberdade e a memória negra tem a aproximação com a escravidão. Apagar a história do negro na sua condição perversa da escravidão e servidão é um grande desafio, e isto é identificado com vozes apresentadas neste trabalho do Movimento Negro Unificado (MNU). “O “reconhecimento” ainda exige o questionamento das visões sobre as relações raciais no Brasil, assim como a valorização e o respeito á história da resistência negra e da cultura dos africanos e seus descendentes.” (ABREU, 2012, p.124).



### 3. O NEGRO NAS ABORDAGENS DO LIVRO DIDÁTICO

Em épocas anteriores à idade moderna sempre houve povos que escravizaram outros povos da mesma nacionalidade ou nações estrangeiras. Porém, escravizar pessoas de cor negra do Continente Africano, ocorreu com as navegações europeias e colonização das Américas. Por conta das navegações os povos europeus tiveram contato com diversas nações ricas em matérias primas e seres humanos com culturas diversas as dos europeus.

O sistema colonial tinha como objetivo acumulação o de capital por meio de transferência da renda gerada na colônia para a metrópole[...]. Com intuito de garantir essa produção em larga escala para a exportação é que se adotou o escravo. Por outro lado, a utilização do escravo africano como mão de obra enquadra-se no sistema mercantilista do tráfico negreiro, que também proporcionava a acumulação de capital pelas metrópoles que realizavam esse comércio. (MATTOS, 2012, p.64).

Essa narrativa reforça a visão do colonizador, de acordo com os fatos ocorridos neste período. Mas vale ressaltar um olhar para além da colonização que silencia as lutas e resistências dos negros.

Visto assim, com a descoberta de novas terras e necessitando de mão de obra para colonizar os novos continentes, os colonizadores utilizaram suas modernas tecnologias da época para escravizar seres humanos e utilizar como mercadorias, animais e “peça” em suas terras que foram encontradas. Já que os escravos que vieram para o Brasil tiveram um tratamento de desumanização e a maioria de seus proprietários praticavam violências extremas não apenas nas terras brasileira, mas também quando já se encontravam condição de escravos dos colonos para serem comercializados nos navios negreiros. E uma das primeiras violências impostas foi à separação de suas famílias e seus países.

Os negros africanos foram desumanizados tendo como justificativas, segundo Claro (2012, p.115), “A barbárie dos costumes, o paganismo e a violência cotidiana foram atribuídos aos africanos ao mesmo tempo em que justificava a sua escravização no Novo mundo”. Isto é, as formas de vidas dos africanos foram vistas

como pecado e para salvar a sua alma teriam de pagar seus pecados com humilhações, trabalho forçado, castigos físicos e psicológicos.

Nesse sentido com a escravidão negra se inicia a supremacia branca. O filósofo Antônio Gramsci (1891-1937) propõe a teoria da hegemonia cultural, que é a dominação da classe burguesa sobre o proletariado. Para o Brasil essa teoria pode ser aplicada tanto para categoria classe como raça. Trabalhar a ideia de que o racismo, como relação social, e por consequência a supremacia branca, obtida no capitalismo contemporâneo brasileiro, é uma forma de exercício da hegemonia das classes dominantes sobre as dominadas, traço marcante da sociedade brasileira desde o Brasil colônia que procurou internalizar no próprio negro a noção de inferioridade, incapacidade como algo natural do negro, ao mesmo tempo em que promovia a raça branca como modelo de humanidade e perfeição.

Hegemonia, em termos gramscianos, pode ser definida como a dominação exercida através de meios ideológicos e não apenas através da força bruta. Classes dominantes universalizam seus interesses através de uma visão de mundo forjada de acordo com suas aspirações. Esta visão é difundida como universal e comum a todos os grupos sociais, inclusive econômica, política e socialmente subordinados. A questão que então se coloca para grupos subalternos é como forjar uma contra hegemonia que sirva como instrumento de combate no plano ideológico e que desfaça a ilusão de consenso e comunidade de interesses produzida pela hegemonia (ideologia dominante). Sendo assim, para Gramsci, práticas culturais (simbólicas) é o aspecto central da luta política. (PINHO, 2002, p.2).

A ideologia de uma raça superior a outra se perpetua no Brasil até os tempos atuais, tanto que para as escolas do ensino básico propagar a real história dos ascendentes e descendentes negros e indígenas necessitou de uma lei oficial, depois de 131 anos da Lei Áurea. Assim, o livro didático é um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, muitas vezes o único instrumento para o trabalho em sala de aula. Porém, muitos apresentam problemáticas no que diz respeito às imagens dos/as negros/as e quando contidas é comum notar o desprestígio social a partir de estereótipos. Nesse sentido cabe ao professor conhecimentos e formações em relação essa temática para que possam ter embasamento e analisar de forma crítica as imagens que circulam nos livros didáticos e no espaço escolar. No entanto esse material é de grande importância, pois auxilia na própria construção do conhecimento e tem característica de formação pedagógica.

A lei que estabeleceu as condições do livro didático no Brasil tem determinações limitações quanto às causas que poderiam impedir a autorização do livro didático, no art. 20 do decreto- lei, 1006 de 1938:

a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional; que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação; b) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais; c) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria; d) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; e) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; f) que incite ódio contra raças e as nações estrangeiras; g) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais; h) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa; i) que atente contra a família, ou pregue ou indissolubidade dos vínculos conjugais; que inspire o desamor á virtude, induza sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana. (BRASIL, Leis e dec., 1938, n.p.).

Esse Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. O artigo citado traz informações em relação ao conteúdo para produção dos livros didáticos. As regras estabelecidas têm colonialidade, contradições, ideologias e linguagens que propaga a discriminação principalmente na alínea “c) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria”.

O livro didático faz parte do processo de ensino aprendizagem, pois é ele que estabelece um contato mais intenso com o mundo da leitura, no caso da disciplina história com outras temporalidades, culturas diversas e lugares. Portanto, a compreensão desse material pedagógico é essencial para que ocorra interação professor-livro didático-aluno, o que se chama de ensino aprendizagem. Vale ressaltar que o livro é portador de “parte dos conteúdos do currículo” e muitas vezes único instrumento de trabalho, devido às necessidades enfrentadas nas escolas com

escassez de materiais didáticos, práticas e metodologias que promovam o desenvolvimento e interesse dos alunos. No que diz respeito a essa temática Almeida e Sanchez (2017, p.55-80) sugerem:

A predominância da produção de materiais para apoio ao docente é adequada, pois é desejável que ele produza, a partir de seus conhecimentos e experiências, e das realidades e coletivos humanos com que interage, as melhores alternativas didáticas e metodológicas para sua intervenção. “A prática reflexiva quer compreender para regular, otimizar, ordenar, fazer evoluir uma prática particular a partir do seu interior” (PERRENOUD, 1999, p.12). Para isso, o docente precisa ter disponíveis informações e fontes de pesquisa adequadas e acessíveis.

Já Gatti Jr. desenvolve, a formulação de que:

Os livros didáticos (...) substituíram os professores (...) passando a ser os portadores dos conteúdos explícitos a serem transmitidos aos alunos e (...) passaram a ser os organizadores das atividades didático-pedagógicas exercidas pelos docentes para viabilizar os processos de ensino e de aprendizagem (JUNIOR, sem data)

O ensino da disciplina História não contextualiza a realidade verídica, pois na condição de professor o livro didático é norteador do processo de trabalho, além de delimitar os conhecimentos dos fatos históricos que cabe ao aluno se apropriar, ainda que se tenha outros mecanismos de estudos como os meios de comunicação e a internet que possibilitam informações a respeito de várias temáticas, mas vale ressaltar que a falta de acesso devido as desigualdades sociais é fator principal para que se trabalhe exclusivamente com o livro didático obedecendo os limites de saberes.

O livro didático fornecido pelo governo nas escolas públicas é, muitas vezes, o único para estudos, por ser distribuído de forma gratuita. Então, é notável a falta de acesso a outros tipos de livros por este público. Livros são caros e nem todos podem desfrutar desse material que consiste em abrir um leque de conhecimentos e favorecer diferentes visões de mundo. Independente de qualquer tipo de ideologia é a vendagem dos livros que vai nortear os estudos sobre o livro didático e tem seu lugar garantido, em várias coleções sobre o ensino de História, revista científica e coletâneas sobre o próprio tema. (SILVA, s/d; PINSKY,1997; BITTENCOURT,2006; OLIVEIRA,2007).

### 3.1 Currículo Escolar e a educação para as relações étnico-raciais

Currículo são ações planejadas que se desenvolvem no interior e exterior da escola, com intuito de possibilitar conhecimentos e experiências no processo de ensino aprendizagem. O currículo é ainda um importante elemento dentro do contexto escolar, é um dos documentos que orientam o trabalho do professor por isso deve ser elaborado coletivamente pelos membros da escola e estar de acordo com a realidade da escola e dos alunos, de modo que propicie a diversidade de conteúdos, inclusão de alunos com necessidades especiais e atividade extraclasse. Deve estar de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois estes documentos são sugestivos e definem alguns objetivos e metas a serem alcançados a nível escolar e nacional. Acompanhando a história, a utilização do currículo se dá pela justificação das desigualdades sociais. No entanto, o currículo deve de fato refletir as vivências dos alunos e sua visão de mundo. Conforme Silva (2019, p. 15),

“O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados. Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta “o quê” nunca está separada de uma outra importante pergunta: “o que eles ou elas devem ser?” ou, melhor, “o que eles ou elas devem se tornar?”. Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo.”

A construção dos currículos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é de responsabilidade das escolas e o Ministério da Educação (MEC) que dará apoio técnico para as instituições de todo o Brasil para que os currículos sejam adequados de acordo com que é apresentado na Base. As secretarias de Educação municipais e estaduais devem indicar pontos importantes do contexto e da realidade locais que podem e devem ser considerados nos currículos. Antes da criação da BNCC, as escolas se norteavam a partir de dois documentos: os Parâmetros curriculares Nacionais (PCN's), criado em 1996, e a Diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que serve para orientar a ação pedagógica. Os capítulos da BNCC são separados por disciplina e o tempo escolar

organizado por ciclos. Além da rede pública, a rede privada de ensino também adota os parâmetros, mesmo não tendo caráter obrigatório.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação. Existe diretrizes para a Educação Básica, cada etapa e, modalidade também apresentam diretrizes próprias.

As discussões a cerca das mudanças na educação básica nos últimos anos estão relacionadas com a base nacional comum curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio. Inicialmente proposta como medida provisória (MP746), aprovada e transformada em lei (lei nº 13.415/2017), pelo conselho nacional de educação (CNE) e passa a ser implantada em 2018 a reforma muda estruturalmente o ensino médio, com aumento da carga horária e flexibilização da grade curricular dos alunos.

Os PCNs, aprovados pelo MEC em 1996, introduziram conteúdos de história africana e aprovaram um “tema transversal” sobre a “pluralidade cultural”, que deve incidir sobre todas as séries do Ensino Fundamental. Sem dúvida, procederam e prepararam as “Diretrizes...”As conexões entre dois textos, produzidos por governos de orientações políticas distintas, revelam como esse tipo de intervenção resultou principalmente da força política dos movimentos negros na sociedade brasileira pós-redemocratização e da formação de um novo consenso no campo pedagógico, em relação “mito da democracia racial” no Brasil. Pelos dois documentos oficiais fica evidente que não é mais possível pensar Brasil sem uma discussão da questão racial. (MATTOS; ABREU, 2012, 117)

É necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As demandas são muitas, então, é preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo de promover uma educação para as relações étnicas raciais.

Visto que, nos relatos de Mattos e Abreu (2017) são apresentados caminhos que conduzem á mudanças para a nossa sociedade em que muitos resistem em ter uma posição de alteridade referente ao outro e aposta na lógica meritocrática, impondo discursos que defendam a ideia de quem não tem sucesso escolar não se esforçou o suficiente, já que as oportunidades estariam disponíveis para todos e todas. Na verdade, o que temos é uma sociedade que está assentada no racismo

estrutural e impõe barreiras para grupos, segundo cor, raça, gênero, classe social e outros marcadores.

### **3.2 A BNCC e suas implicações para a educação das relações étnico-raciais**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. A finalidade é transformar a educação brasileira para que todos estudantes, em todo o país e independente de condições sociais, econômicas adquiram as mesmas aprendizagens essenciais, uma vez que a educação é um direito de todos.

No entanto, a BNCC traz à tona outra questão que também circula nos espaços educativos, que é a (re) elaboração dos currículos adequando a base a cultura local. A base preconiza um conjunto de objetivos de aprendizagem no desenvolvimento de dez competências a partir das áreas de conhecimento, eixos temáticos e habilidades para além do documento normativo que ora se apresenta.

“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) carrega, em si, o sonho iluminista de uma universalização de direitos no tocante ao acesso ao conhecimento acumulado e à qualidade da educação que se realizaria pela distribuição igualitária e isonômica desses conhecimentos. Sonho esse que foi apropriado pela burguesia para legitimação de seus interesses com o estabelecimento de crenças e padrões adequados em uma sociedade marcada pela desigualdade. “(CURY, REIS, ZANARDI, 2018, p.53)”

A BNCC apresentou várias versões e discussões a última traz implicações a medida que tenta regular o conhecimento por meio de conteúdos mínimos, competências, habilidades e desempenho nas avaliações. Além do comprometimento com a aprovação da emenda constitucional da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55) que trata do congelamento de gastos na educação pelos próximos 20 anos e assim regular o currículo das escolas e o trabalho dos professores.

Outra questão é a exclusão do termo identidade de gênero e sexualidade da grade curricular o que desencadeou revolta por parte de movimentos sociais considerando a retirada do termo um retrocesso, esse fator é de responsabilidade da legislação da “Escola sem Partido” com representantes da frente parlamentar evangélica projeto de lei que visa coibir, proibir e criminalizar professores que doutrinem política e ideologicamente os estudantes das escolas públicas.

O argumento de que a BNCC reduzirá a desigualdade social é algo a se repensar, pois envolve entender as diferentes possibilidades de acesso da população menos favorecida aos conhecimentos. Logo a Base ao verticalizar e homogeneizar os conteúdos contribui para distanciar os sujeitos do aprendizado, não é possível a utilização de um currículo único em um país com diferentes contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Vale destacar outra implicação em relação à prática pedagógica, pois existem componentes curriculares específicos, nos quais é preciso especialização para atender as necessidades de ensino aprendizagem, a relação professor/ aluno.

É necessário garantir condições, materiais pedagógicos, valorização docente, remuneração adequada, investimento em formação continuada e estudos sobre a

Percebe-se que a BNCC não traz a temática das questões étnico-raciais principalmente nas habilidades que nada aborda para as problematizações e efetivação da lei 10.639/03. É importante que os documentos oficiais assumam a obrigação de trazer essa temática da educação para ser abordada no meio escolar. E não citar de forma simples e vaga só lembrando em datas comemorativas, como dia da consciência negra algo que toda a sociedade brasileira precisa conhecer para ter lugar de fala, e não apenas de escuta, com apropriação do processo histórico do negro, além de desconstruir a visão europeia que perpassa no currículo escolar.



### 3.3 O livro didático após a lei 10.639/03

O livro de história é uma ferramenta que norteia a maioria dos professores e alunos da rede de ensino. Há tempos que ele é objeto de estudos e críticas a respeito dos assuntos abordados, que muitas das vezes, não favorece a cultura de determinada região além de não favorecer o conhecimento, ou ainda traz de forma muito simplificada e superficial a temática estudada nesta pesquisa.

Na rede pública de ensino o livro é distribuído gratuitamente e servem como meio de aprendizagem dos alunos e requisito para as avaliações externas ao ambiente escolar. Mas, o que ele tem ensinado a respeito da temática “História e cultura afro-brasileira”, uma vez que a mesma se tornou obrigatória no currículo básico nacional através da lei 10.639 sancionada em 2003?

Com essa problemática, o presente trabalho pretende apresentar discussões a respeito do livro HISTÓRIA, Conectados do autor Alfredo Boulos Júnior – 3º ano, 1ª edição, de 2018. É necessário salientar sobre a importância de levar para os espaços escolares essa discussão, pois é através da formação do cidadão que se desperta o interesse em conhecer cada vez mais sobre esse tema, além de desenvolver um pensamento crítico com base no estudo da história como um processo e não retrate apenas a escravidão, mas a contribuição dos negros de forma positiva na construção e desenvolvimento do país.

Nessa perspectiva, as diretrizes curriculares nacionais estabelecem como deve ser desenvolvido o ensino da história e cultura Afro-brasileira e Africana, desde 2004, e traz a seguinte determinação:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC –Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, 2004, p. 25).

Mesmo com as diretrizes curriculares nacionais, ainda é notória a ausência dessa temática nos livros didáticos e no espaço escolar, pois, ainda impera uma visão estigmatizada do negro e de sua potencialidade ao longo do processo histórico. Nesse sentido, a presença do negro no livro pouco aparece e quando se tem é de forma caricatural, desumana e ocupando funções subalternas em situações degradantes e sob pressão dos brancos, opressores.

E a maioria das representações é do homem branco e de classe alta, fazendo com que as crianças negras não se vejam nem se reconheçam perante as imagens onde a desigualdade social acaba contribuindo com o aumento de rejeição das crianças, pois o livro cria referências para o aluno que guarda essa referência e a incorpora em seu cotidiano. Então o livro deve ser trabalhado a partir de visão crítica dos professores, que devem desconstruir a visão estereotipada do negro, mostrando a real importância de sua identidade.

### **3.4 Breve caracterização do município e da rede municipal de ensino de Vera Cruz**

Vera Cruz Bahia, Região Nordeste Do Brasil, foi o primeiro povoado fundado pelos jesuítas em 1560, quando construíram a Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz, daí a origem do nome do município, no atual distrito de Baiacu.

É um município essencialmente urbano, com população total (IBGE/2020): 43.716 habitantes, frequentada nos finais de semana normalmente pelas classes média e média-alta da capital baiana e das cidades do Recôncavo.

Sol e Praia (turismo e lazer) são o principal atrativo natural de Vera Cruz, que ainda tem rios que banham falésias; espelhos d'água que retratam o verde do manguezal; fontes de água potável à beira-mar; restinga de mata atlântica com trilha para o turismo de aventura e o mais belo cenário do planeta para a prática dos esportes náuticos (regatas) e o aéreo (pára-queda).

Ruínas de igrejas, de fornos e de moinhos representam os atrativos históricos. A cultura é retratada fortemente pelas festas religiosas com procissões marítimas e terrestres. A Folia de Reis, o Bumba-Meu-Boi, a Puxada de rede, o Maculelê, a Capoeira, as festas de largo e o carnaval compõem o folclore de Vera

Cruz. A Igreja do Nosso Senhor da Vera Cruz é o mais importante Patrimônio Histórico da ilha de Itaparica, (Século XVI) está localizada no povoado de Baiacu, (Vila de Pescadores). Na culinária os vera-cruzenses fisgam os visitantes com o tempero que o Brasil herdou da África, mas com matéria prima nativa.

Uma parte da população vive tipicamente da pesca, alimentando-se de frutos do mar: ostra, chumbinho, aratu, siri, caranguejo, polvo, lula, camarão, lagosta e os mais diversos tipos de peixe.

A secretaria Municipal de Educação está localizada na rua Jacob Doern,87, Vera Cruz/Ba. Com um total de 36 escolas do fundamental I, 2.869 alunos, 472 professores, sendo 13 do componente curricular História (informações cedidas pela gestão da rede municipal de ensino).

A formação continuada de professores é feita nos momentos de Atividade Complementar (AC). Quanto à escolha do livro didático, as editoras entregam os livros na secretaria de Educação e a secretaria envia para as escolas. Os professores escolhem o livro didático na escola, nos momentos de atividade complementar é realizada uma escolha coletiva com a participação dos professores e coordenadores pedagógicos.

Vale salientar que o currículo da rede de ensino de Vera Cruz está em processo de reformulação.

### 3.5 Análise do livro de história adotado pela rede municipal de Vera Cruz

Figura 1 Livro didático utilizado na pesquisa



Fonte: Boulos Júnior (2018)

Sobre o autor do livro, Alfredo Boulos Júnior, atualmente é aluno do programa de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História Política e Sociedade. Atuando principalmente nos seguintes temas: Representação, Imagens, africanos, afrodescendentes, livro didático e África. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. Autor de coleções paradidáticas assessorou a diretoria técnica da fundação para o desenvolvimento da Educação de São Paulo.

A FTD educação, que publicou o livro, é uma editora brasileira criada em 1902. Sempre pertenceu aos irmãos Maristas. A ABEC, proprietária da FTD, é uma das entidades jurídicas da província Marista Brasil centro-sul, com sede em São Paulo.

Analisando o livro, percebemos que capa é chamativa, trazendo a imagem de uma criança negra, desse modo, sugere o reconhecimento da criança perante a imagem. O livro está dividido em 4 unidades, subdivididas em capítulos.

Apenas a unidade 1, no capítulo 3 intitulado: Uma cidade, diferentes culturas, traz de forma superficial a temática da diversidade, mas dando destaque a cidade de São Paulo e suas culturas, aborda também a história de um índio escritor que não se aceitava, pois sempre escutou falar mal dos indígenas, chamados de preguiçoso e traiçoeiro desde então sofria discriminação. Mas conseguiu superar com ajuda de seu avô que mostrou a beleza de ser índio e a riqueza que os povos indígenas representam para a sociedade brasileira.

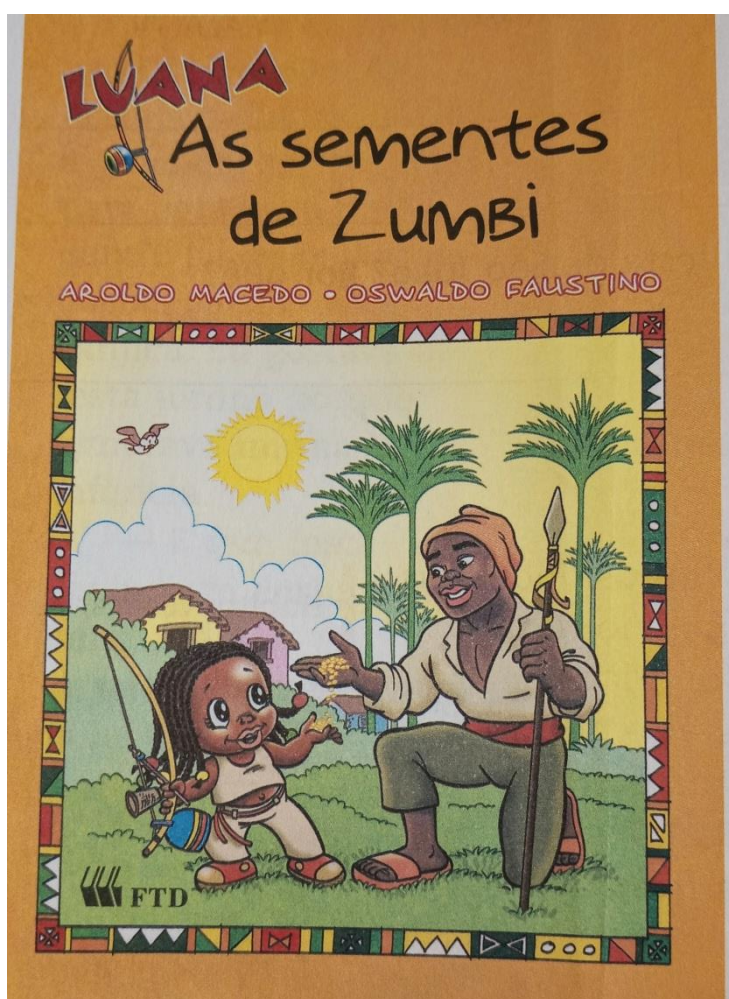
Figura 2 escritor Daniel Mundukuru em Brasília. DF, 2012.



Fonte: Boulos Júnior (2018)

Outro ponto que vale destacar é um texto retirado do livro: Luana, as sementes de Zumbi, de Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino, que conta a história da menina Luana de 8 anos de idade que aprendeu com sua avó a ter orgulho de ser criança negra, através da contação de histórias da origem de seu povo, além de morar num território remanescente de quilombo, algo que contribuiu para suas memórias a partir das vivências de sua avó.

Figura 3 Capa do livro Luana: As sementes de Zumbi.



Fonte: Boulos Júnior (2018)

Em seguida, o livro apresenta uma interpretação de texto e atividade de desenho de uma menina com tranças afro, para dar nome e pintar.

Figura 4 Atividade menina com tranças afro.



Fonte: Boulos Júnior (2018)

Ainda no capítulo 3, o livro traz uma atividade com o mapa ilustrado da cidade de São Paulo com imagens de pessoas de diferentes partes do Brasil e do mundo, abordando questões sobre a contribuição dos povos e a situação atual desses povos que habitam esse lugar. Sendo assim cabe ao professor adequar à atividade a realidade local da comunidade, quando está em outra localidade que não a cidade de São Paulo, de acordo com as vivências das crianças.

Figura 5 Atividade mapa ilustrado da cidade de São Paulo



Fonte: Boulos Júnior (2018)



Na unidade 4, segue um poema “cesta de costura” que traz uma ilustração bem colorida de uma menina com uma boneca preta e o cesto de costura de sua mãe e sua tia, em seguida atividade com imagens de diversas bonecas para problematizar sobre a qual se parece mais bonita entre outros.

Ao final do livro e em cada unidade o autor sugere outras leituras com base na temática proposta das unidades, além de vídeos. Porém, nem sempre é possível localizar esses filmes com base nos endereços oferecidos no livro.

Constatamos que em seu currículo o autor afirma ter experiência na área de educação, ênfase em história, política e sociedade e atuação nos temas: Representação, Imagens, Africanos, nas edições de livros e matérias didáticos, onde todos tenham a oportunidade de acesso aos meios educacionais e ao conhecimento, onde se pratique uma educação antirracista, de qualidade e voltada para a valorização e respeito de todos os povos, dando destaque ao reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos povos africanos.

Na análise do livro didático, porém, fica evidenciado que o livro de história da rede municipal de ensino de Vera Cruz apresenta de forma superficial a temática da história e cultura Afro-brasileira e Africana. Outro ponto que precisa ser destacado é que as experiências e exemplos ficam muito centradas em São Paulo, o que provoca um distanciamento das experiências e vivências das crianças de Vera Cruz em relação ao que o livro aborda.

É preciso ter clareza da importância da lei 10.639, em sua exigência de que se repensem as relações étnico-raciais de forma ampla e não apenas localizada em certos temas, a fim de minimizar e aniquilar as atitudes de racismo, desigualdades e discriminações presentes no meio escolar e entre outros espaços.

#### 4. A PROFESSORA COMO MEDIADORA DO LIVRO DIDÁTICO

A professora é a principal mediadora do livro didático. Contudo, essa ação mediadora parece ser, muitas vezes, inconsciente por parte dela. É uma preocupação que busca investigar as causas das ausências de percepção pelos professores, dos estereótipos tanto em relação ao negro quanto a outros segmentos sociais. Além dos pontos positivos e negativos do uso do mesmo.

Ressaltamos que o livro didático tem seus pontos positivos e negativos. Um exemplo positivo ocorre quando é usado como guia ou material de apoio para professores e/ou alunos. O uso pode ser negativo quando se torna excessivo, ou seja, seguido rigidamente, resultando em muitas vezes os alunos não conseguirem acompanhar as atividades propostas além dos assuntos abordados.

Um grande problema enfrentado na educação é a defasagem idade-série, as principais causas apontadas são a evasão e o abandono escolar, todavia existem causas primárias que contribuem para estas, e apesar de muitas vezes estarem intimamente ligadas à situação socioeconômica do/a aluno/a, isso nem sempre é fator determinante. Logo há outros fatores que contribuem para que o aluno evada como: falta de acesso, déficit de aprendizagem, condições culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos pedagógicos são apontados como causas possíveis para o abandono escolar.

Dessa forma, acreditamos ser necessária na escola a presença docente que saiba utilizar o livro didático como instrumento de reflexão crítica, além de desmistificar questões que resultam em discriminação e estereótipos, veiculados no livro didático.

A formação de professores geralmente constrói um determinado aluno que muitas das vezes só existe na teoria, na prática já é outra história. O/a aluno/a abordado em espaços de formação de professores é, via de regra, aquele/a que traz consigo os valores das classes dominantes, porque em sua maioria pertenceria às classes médias e não apresentaria problemas maiores de aprendizagem, pois fala a mesma língua da professora mediadora.

É necessário, então, que o professor procure conhecer a realidade do/a aluno/a que tem em seu espaço de formação, para além das expectativas formuladas durante a formação. Pois, é por meio deste conhecimento que será possível compreendê-lo e colaborar para sua escolarização, aproveitando e respeitando sua visão de mundo, as experiências, a cultura, que ele traz consigo.

#### **4.1 Formação de professoras como base para uma educação antirracista**

A formação de professoras é um assunto que requer grande importância, pois é a partir da formação que se tem mais conhecimento e apropriação das temáticas discutidas no ambiente escolar. No entanto ainda é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As ementas já são muitas, logo é preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a um objetivo comum.

Na formação de professoras como base para uma educação antirracista não basta apenas abordar a história afro-brasileira na sala de aula. É preciso discutir racismo estrutural e, conseqüentemente, privilégios, no entanto é indispensável desnaturalizar o racismo, ou seja, a educação antirracista vai muito além de aplicar a lei 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da educação a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena.

A lei em questão é muito importante, mas é preciso reconhecer que o racismo estrutural existe, inclusive no ambiente escolar. No caso da rede particular, cabem à gestão refletir sobre a quantidade de negros nas turmas, criando debates entre as famílias, comunidade e alunos que discutam sobre o respeito a diversidade étnico-racial com base em uma educação antirracista.

A formação docente foi por muito tempo marcada em uma lógica eurocêntrica e boa parte das pessoas formadas não participou dessas discussões no âmbito da universidade, devido à questão curricular que não traziam componentes obrigatórios que abordassem a temática da educação para as relações étnico-raciais.

Mas com as alterações curriculares e discussões, atualmente já traz componente obrigatório que problematize essa temática, como o componente

EDCK68 Educação e Relações Étnico-raciais do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, FAGED/UFBA, antes componente optativo e em processo para ser obrigatório.

Outro componente curricular que merece destaque “Legítima Defesa: Educação e Insurgências Negras”, também da FAGED/UFBA, composto pelo coletivo de docentes negras e negros da FAGED, com o objetivo de articular o pensamento crítico em torno das dinâmicas da educação como prática de resistência histórica que sustenta a visibilidade social e política do povo negro no Brasil. Considerando o racismo e suas correlatas dimensões de gênero e sexualidade, o curso visa problematizar em torno da vulnerabilidade dos corpos negros, destacando o papel fundamental da educação como base de luta.

É um pequeno avanço, mas ainda assim sabemos que muito ainda precisa avançar. A luta não dá trégua, mas não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira na atualidade, reconhece a existência do racismo e que os negros e as negras, aos poucos ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos.

Por isso, apesar dos desafios e adversidades que enfrentamos no Brasil, na luta pela democracia, o racismo patriarcal tem que focar nas conquistas já alcançadas e seguir em frente. Não podemos perder a esperança. É preciso sabedoria e resistência.

Em seu artigo Franco [2011?] assinala que, levando em consideração a formação de professores, algumas ações são consideradas necessárias para que a efetivação da lei 10.639/03 se transforme em um verdadeiro instrumento de construção de cidadania: melhorar a articulação Governo/Universidade/Movimento Social Negro, articulado com a sociedade civil; maior investimento na formação inicial e/ou continuada dos profissionais de educação – diretores, coordenadores pedagógicos, professores, merendeiras, porteiros; fortalecimento dos PPGE e a criação de linhas específicas para discutir as relações raciais na educação; reformulação dos currículos dos cursos de formação de professores, a partir das exigências das Diretrizes; incentivo à produção bibliográfica na temática.

## 4.2 Resultados da aplicação de questionários com professoras da rede Municipal de Vera Cruz

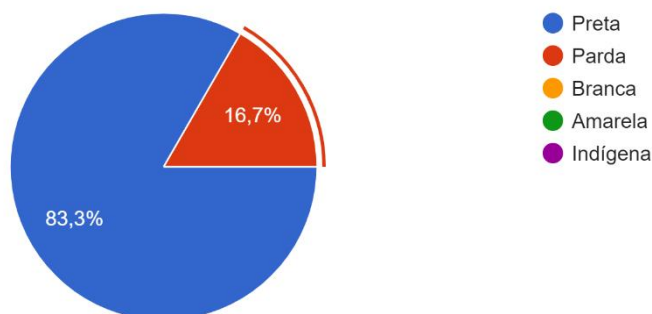
A aplicação dos questionários se deu por via online, por causa da pandemia da covid-19, a qual afetou a rotina de todos, onde cada um teve que repensar e criar estratégias para avançar nas propostas e encaminhamentos de trabalhos e pesquisas.

O questionário foi respondido por seis (6) professoras da rede Municipal de ensino de Vera Cruz, o número de respostas é expressivo, considerando que o município conta com 13 professores da disciplina História<sup>5</sup>. O questionário contava com vinte e uma (21) questões, de caracterização do perfil docente e acerca da temática proposta, envolvendo as leis 10.639/03 e 11.645/08. Cada professora foi identificada com uma letra do alfabeto. O questionário obteve respostas relevantes, interessantes que nos leva a repensar uma nova proposta de educação pública de qualidade onde haja respeito a diversidade, além da luta por uma educação igualitária com base antirracista.

Quanto à questão sobre como as professoras se auto declararão em relação a raça/cor, as respostas foram as seguintes:

Gráfico 1: Classificação do (IBGE) quanto à cor / raça.

Qual a sua Cor/Raça? (classificação do IBGE)  
6 respostas



<sup>5</sup> Informações da Secretaria Municipal de Educação, ver anexo 4

Nota-se que a maioria das docentes se autodeclara de cor Preta. No Brasil, cada vez mais pessoas vem se auto identificando pretos e pardos, algo que mostra a afirmação da identidade, onde antes era negada por questões de visão estigmatizada e estereotipada do negro.

Outra temática abordada no questionário foi como as professoras entendiam os principais motivos da dificuldade em tratar das questões raciais em sala de aula/na escola onde se deu explicações de acordo com suas experiências tal como:

A professora X: -- A aceitação de alguns

A professora Y: -- A compreensão

A professora Z: --Com os próprios colegas

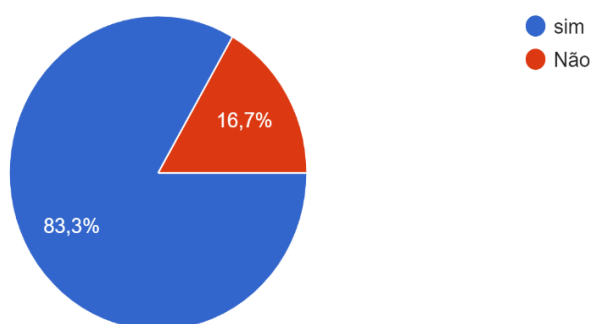
É notório que ainda há resistência em falar das questões raciais em sala de aula e na escola, principalmente por causa da rejeição de alguns professores em relação a proposta, além de apresentar um pensamento conservador numa perspectiva eurocêntrica. Outro fator é a questão de religiosidade que acaba negando as discussões dessa temática.

E sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08 é possível afirmar que 83,3% conhece ou já ouviu falar, mas, mesmo assim, ainda tem professoras que não conhecem e nunca ouviram falar do assunto.

Gráfico 2: As leis 10.639/03 e ou 11.645/08.

Você conhece ou já ouviu falar das leis 10.639/03 e/ou 11.645/08?

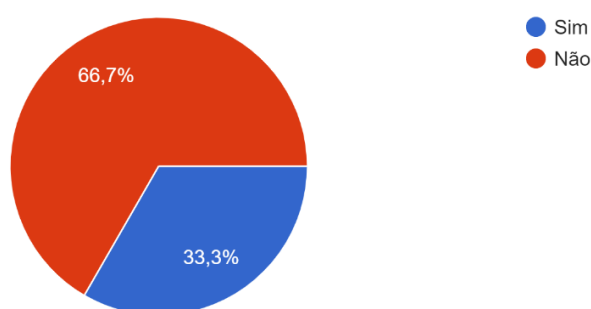
6 respostas



Outra problemática é a formação de professoras oferecida no município. Muitas professoras relatam que a formação continuada é realizada, às vezes, por iniciativa própria de buscar meios na rede privada de ensino para ampliar seus conhecimentos. O que pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Cursos de formação

Você já fez algum curso pela secretaria de educação ou por conta própria?  
6 respostas



Algo que chama atenção é que 66,7% não fizeram curso de formação, nem por conta própria o que acaba contribuindo para que a professora não tenha apropriação de novos conhecimentos, metodologias. Cabe ao professor buscar sempre atualização, pois no processo de ensino-aprendizagem ao mesmo tempo em que ensina também se aprende. Mas, não devemos tirar a responsabilidade dos gestores dos sistemas educacionais em viabilizar e garantir formação continuada para as docentes.

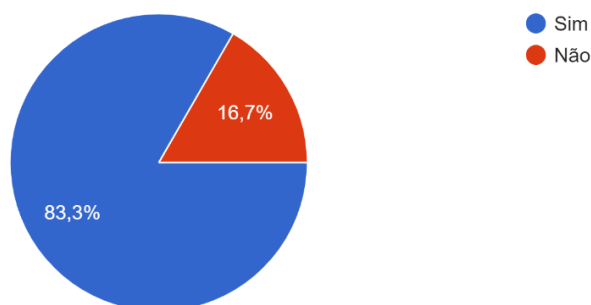
Os 33,3% que fizeram um curso de formação continuada, indicaram as seguintes temáticas: Educação de jovens e adultos (EJA), Pós-graduação em alfabetização e letramento, Ubuntu: Africanidades, entre outros. Dos cursos citados, apenas este último está relacionado a questões étnico-raciais.

Sobre a temática do ensino da história e cultura afro-brasileira-brasileira há maior percentual de docentes que afirma existir abordagem da temática no currículo, de acordo com o gráfico:

Gráfico 4: Temática sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

A temática sobre o ensino da história e cultura Afro- brasileira e Africana aparece nos currículos da rede?

6 respostas



No questionário foi feita a pergunta: Como são as comemorações do novembro negro na escola ou no município, qual a metodologia utilizada?

Segue as explicações das professoras:

Professora X:- Diante da realidade de maneira superficial

Professora Y: - Palestras, danças, capoeira e conferência.

Professora Z: - História, conto e reconto apresentação etc.

Professora W: -Com apresentação de várias temáticas abordando o tema, desde apresentação de músicas a teatro.

Professora B: - É feita através de palestras, pesquisas e apresentações diversas.

Professora C: - Buscamos desenvolver atividades de valorização significativa Afroindígena e culturas dos saberes através de Contos Afros brincadeiras entre outros que desenvolva conhecimentos reflexivos com base na lei 10639/03.

A partir das explicações, percebe-se que as comemorações do novembro negro só acontecem nesse período como o dia 20 de novembro, dia da consciência negra, algo que deveria ser abordado durante todo o ano letivo.



Outra pergunta do questionário tratava da obrigatoriedade do ensino de cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas. As respostas das professoras para a indagação foram as seguintes:

Professora X: --Depende da maneira que vai ser aplicada para não ter evasão e contestação dos pais

Professora Y:-- Muito importante, pois estaremos falando de algo muito importante para nossa cultura brasileira.

Professora Z:-- Acho muito bom.

Professora W:-- Acho uma pena que deva ser dessa forma, ter que impor a nossa importância e fazer que o negro seja reconhecido como gente mais os avanços sobre a nossa existência e aceitação estão caminhando ainda que lento .

Professora C: -- Infelizmente, ter que usar a lei demonstrar que é necessário tornar obrigatório uma ação que deveria ser espontânea e natural.

Percebe que o ensino de cultura e história afro-brasileira, apesar de ser obrigatório, ainda enfrenta a resistência e falta de interesse no ambiente escolar, algo que deveria ser trabalhado de forma espontânea.

Gráfico 5: Livro didático da escola.

Sobre o livro didático da sua escola:

6 respostas



A partir do gráfico acima apresentado, afirma-se que o maior percentual de professoras utiliza o livro didático associado a outros materiais como: internet, jogos, brincadeiras entre outros.

Sobre a pergunta em relação a avaliação sobre os livros didáticos utilizados em sala de aula e como estes abordam personagens negros. As professoras ofereceram as seguintes respostas:

Professora X:- Deveria ser adaptado para o nordestino com uma porcentagem de negros

Professora Y: - Participativa.

Professora Z: - Muito boa

Professora D: - Ainda está longe do ideal e da verdadeira contribuição do negro na sociedade e na formação do povo brasileiro.

Professora B: - Como afirmei na questão anterior, deveria trazer mais imagens de pessoas negras, apresentando-as em diversos ambientes do cotidiano social, não apenas como escravo e subalterno. Preciso desenvolver conhecimentos de valorização dos povos negros e culturas

Percebemos que, em relação aos personagens negros nos livros didáticos, há uma sub-representação, muitas vezes em condições degradantes, além de não serem associados ao belo, ao bom. No caso do livro didático de história do município de Vera Cruz, existe o problema de também não resgatar a realidade local e suas contribuições para o processo de construção do país.

O fato de o livro não tratar da realidade local é um problema que poderia ser sanado com a formação continuada das docentes, para que tivessem conhecimento sobre a cultura e história negra local. Infelizmente, caso as docentes não tenham possibilidade ou condições de procurar uma formação continuada, o ensino vai

acabar reforçando o deslocamento das vivências dos alunos com as imagens e histórias contadas no livro didático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs compreender a discriminação do negro no livro didático de história da rede de ensino do município de Vera Cruz, além da formação de professoras e as contribuições das leis 10.639/03 e 11.645/08 ao trabalho docente, levando em consideração que o professor enquanto mediador das relações estabelecidas na escola é um dos principais responsáveis por partilhar com os seus alunos o conhecimento produzido na história ao longo dos anos.

Espera-se que esta pesquisa possa instigar novas reflexões sobre a temática proposta, no sentido de uma educação pública de qualidade, com respeito à diversidade por meio de uma educação baseada na igualdade de direitos e responsabilidade de todos para que se possam cessar as atitudes de racismo, desigualdades e discriminação presentes no ambiente escolar e espaços de poder. Porém, a pior das consequências da ação de estereótipos, discriminação é a auto rejeição e a rejeição ao seu outro igual. Sobre discriminação Mandela afirma que:

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender, a odiar, podem ser ensinadas a amar” (MANDELA,2008,p.1).

É importante se reconhecer nas imagens trazidas no livro didático de história com intuito de se reafirmar enquanto pessoa negra e suas diásporas proporcionando novas possibilidades de conquistas em espaços de poder. E entender a real história do negro no Brasil, que não é contada através da história ocidental que silencia.

Percebe-se que o livro didático, em especial o de história ainda precisa ser repensados em relação às imagens, textos, atividades que retratam o negro de forma estereotipada e assim contribuindo para a auto rejeição. Sendo assim é preciso desmistificar a visão negativa e estereotipada do negro, mostrando nas imagens e conteúdos que os negros tem grande importância na real história do País com vista no empoderamento para que todos possam ter as mesmas chances de construir os próprios destinos por meio do gozo do mesmo apreço social. e agregar novos conhecimentos acadêmicos, na perspectiva da construção de uma sociedade que pratique educação a partir da afirmação de sua identidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Rev. Pro-Posições**, [ On-line version ISSN 1980-6248], v. 28, n. 1 Campinas, jan./abr., 2017. Disponível em: [www.https//doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141](http://www.https//doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141). Acesso em: 07, jul., 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BOULOS, Alfredo Júnior. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília/DF. Setembro, 2004. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual> Acesso em: 13, nov, 2020.

BOULOS, Alfredo Júnior. **História: Conectados**. 3º ano. 1.ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 1.006, de 20 de Dezembro de 1938**: Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www.câmara.leg.>fed>declei>decreto-lei>. Acesso em: 01, de julho de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017a. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_11\\_0518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/BNCC_EI_EF_11_0518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 05, Jul., 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acessado em: 04, jul., 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003**: altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> Acessado em: 08, jul., 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> Acessado em: 08, jul., 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Secretaria de Educação **Fundamental**. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> Acesso em: 08, jul., 2020 .

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.**

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192) Acessado em: 06, jul., 2020.

CLARO, Regina. **Olhar a África: fontes visuais para sala de aula**. São Paulo: Hedra Educação, 2012.

DJAMILA, Ribeiro. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte. Mazza, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (1º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças. **A importância da formação de professores no processo de implementação da lei 10.639/03: algumas reflexões**. DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO NA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE, Eduece: Livro 3, UFBA. Disponível em <https://www.uece.br/ebooks/livro3PDF> acesso em 10,out,2020.

GATINHO, Andrio Alves. **O movimento negro e o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais**. Belém, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Nilma Lino **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Uma conversa com professores de história sobre a diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MATTOS, Regiane Augusto de. **Historia e cultura afro- brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Liliane Rosa et. **Análise de um livro didático: o ensino da história e cultura afro-brasileira**. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA,22;ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO,18;ENCONTRO DE INICIAÇÃO Á DOCÊNCIA,8;2018,Espírito Santo. Anais.....Espírito Santo,2018.Disponível em:  
<https://www.google.com/search?client=firefox-d&q=%C3%81nalise+de+um+livro+did%C3%A1tico%3A+o+ensino+da+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro+brasileira> Acesso em: 12,out,2020.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro no Brasil republicano. In.: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PINHO, Osmundo de Araújo. Corações e mentes do Movimento Negro brasileiro: resenha. **Rev. Estudos Afro- Asiáticos**, v.24,n.2. Rio de Janeiro, 2002. (print version ISSN 0101-546x On-line version ISSN 1678-4650). Disponível em:  
[www.https://doi.org/10.1590/S0101-546x2002000200009](http://www.https://doi.org/10.1590/S0101-546x2002000200009). Acesso: 09, jul.,2020

SILVA, Alexandra Lima. Caminhos da Liberdade: os significados da educação dos escravizados. **Rev.Brasileira de Educação**,v..23,Rio de Janeiro n. 3,2018.

SILVA, Ana Célia. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?**. Salvador: Edufba, 2011.

SILVA, Ana Célia.**A discriminação do negro no livro didático**.3.ed. Salvador, Edufba,2019.

SILVA, Iraneide Soares. **As inquietações no currículo educacional a partir da lei 10.639/03** Revista Pade,vol.1,2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In.: FONSECA, Marcos Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges. (Orgs.). **Relações étnico- raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

VIANNA, Walny Terezinha De Marinho. **Consciência negra: uma reflexão críticas sobre a história e a cultura brasileira afro-brasileira**. Curitiba: Recomeço, 2006

## ANEXOS:

Anexo1: Sumário do livro didático utilizado na pesquisa.

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>UNIDADE</b>	
<b>1</b>	<b>8</b>
<b>CIDADES DO PRESENTE E DO PASSADO</b>	
<b>CAPÍTULO 1 • MUNICÍPIO: CIDADE E CAMPO</b> ..... 10	
DÓ CAMPO PARA A CIDADE .....	13
DA CIDADE PARA O CAMPO .....	14
TURISMO RURAL .....	14
VOCÊ CIDADÃO! .....	15
MEIOS DE TRANSPORTE APROXIMAM CAMPO E CIDADE .....	16
MEIOS DE COMUNICAÇÃO APROXIMAM CAMPO E CIDADE .....	17
CIDADES COM MENOS DE 100 ANOS .....	18
VOCÊ LEITOR! .....	20
<b>CAPÍTULO 2 • HISTÓRIA DE CIDADES BRASILEIRAS</b> ..... 21	
SÃO VICENTE, A PRIMEIRA VILA BRASILEIRA .....	22
VOCÊ LEITOR! .....	23
A CIDADE DE SALVADOR .....	24
UM POUCO DA HISTÓRIA DE SALVADOR, A PRIMEIRA CIDADE DO BRASIL .....	26
A MUDANÇA DA CAPITAL PARA O RIO DE JANEIRO .....	27
RIO DE JANEIRO: A SEGUNDA CAPITAL DO BRASIL .....	27
BRASÍLIA, A CAPITAL DO BRASIL ATUAL .....	28
CIDADES FORMADAS EM TORNO DE FORTES .....	30
VOCÊ LEITOR! .....	32
VOCÊ ESCRITOR! .....	34
<b>CAPÍTULO 3 • UMA CIDADE, DIFERENTES CULTURAS</b> ..... 35	
SÃO PAULO: UMA CIDADE MULTICULTURAL .....	38
VOCÊ CIDADÃO! .....	39
VOCÊ ESCRITOR! .....	43
VOCÊ ESCRITOR! .....	45
VOCÊ LEITOR! .....	46
VOCÊ LEITOR! .....	48
<b>INTEGRANDO COM...</b>	
LÍNGUA PORTUGUESA .....	50
<b>UNIDADE</b>	
<b>2</b>	<b>52</b>
<b>CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA</b>	
<b>CAPÍTULO 1 • PATRIMÔNIO CULTURAL</b> ..... 54	
PATRIMÔNIO MATERIAL .....	54
PATRIMÔNIO IMATERIAL .....	55
VOCÊ LEITOR! .....	56
PATRIMÔNIO NATURAL .....	57
PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE CIDADES BRASILEIRAS .....	59
MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO – MASP .....	59
MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE .....	60
VOCÊ LEITOR! .....	61
<b>CAPÍTULO 2 • MARCOS HISTÓRICOS DE CIDADES BRASILEIRAS</b> ..... 62	
MARCOS DA CIDADE DE BELÉM .....	62
MERCADO VER-O-PESO .....	62
VOCÊ LEITOR! .....	63
MARCOS DA CIDADE DE GOIÂNIA .....	64
MUSEU PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA .....	64
TORRE DO RELÓGIO .....	64
TEATRO GOIÂNIA .....	65
MARCOS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE .....	66
PRAÇA DA ESTAÇÃO .....	66
MARCOS DA CIDADE DE CURITIBA .....	68
LARGO DA ORDEM .....	68
MONUMENTOS NA HISTÓRIA DE UM MUNICÍPIO .....	70
VOCÊ ESCRITOR! .....	71
<b>CAPÍTULO 3 • HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CIDADES DO BRASIL</b> ..... 72	
NOMES DE MONUMENTOS .....	72
MONUMENTO A TIRADENTES, MINAS GERAIS .....	72
MONUMENTO À ANITA GARIBALDI, EM SANTA CATARINA .....	74
NOMES DE EDIFÍCIOS .....	75
EDIFÍCIO DO CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA – FORTALEZA-CE .....	75



BIBLIOTECA MUNICIPAL CORA CORALINA – VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO .....	76
NOMES DE RUAS .....	78
RUA JOVITA FEITOSA, NO PIAUÍ .....	78
QUEM DEFINE OS NOMES DAS RUAS DE UM LUGAR? .....	79
O CASO DA RUA DOMINGOS JORGE VELHO .....	79
INTEGRANDO COM... LÍNGUA PORTUGUESA .....	80

## UNIDADE

### 3 O LUGAR EM QUE SE VIVE 82

#### CAPÍTULO 1 • COMUNIDADES: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS .....

COMUNIDADE: O QUE É? .....	84
COMUNIDADE CAIÇARA .....	85
COMUNIDADE PATAXÓ .....	86
COMUNIDADE DO ABAETÉ, EM SALVADOR .....	87
VOCÊ LEITOR! .....	89
VOCÊ ESCRITOR! .....	91

#### CAPÍTULO 2 • MODOS DE VIVER NO CAMPO E NA CIDADE .....

MODO DE VIDA NA CIDADE .....	92
O COTIDIANO DE SOFIA .....	93
VOCÊ LEITOR! .....	94
MODO DE VIDA NO CAMPO .....	95
O COTIDIANO DE PEDRO .....	95
INTEGRANDO COM... LÍNGUA PORTUGUESA .....	96

## UNIDADE

### 4 PÚBLICO E PRIVADO, TRABALHO E LAZER 98

#### CAPÍTULO 1 • ESPAÇO PÚBLICO .....

VOCÊ CIDADÃO! .....	102
ESCOLA PÚBLICA .....	103
AS UBS .....	104
O GOVERNO DO MUNICÍPIO .....	105
CÂMARA DOS VEREADORES .....	106

#### CAPÍTULO 2 • ESPAÇO DOMÉSTICO: NOSSO LAR .....

A DIVISÃO DAS TAREFAS NA FAMÍLIA .....	108
VOCÊ CIDADÃO! .....	111

#### CAPÍTULO 3 • O TRABALHO NO CAMPO E NA CIDADE .....

TRABALHO NO CAMPO .....	112
AGRICULTURA .....	112
PECUÁRIA – CRIAÇÃO DE ANIMAIS .....	114
EXTRATIVISMO: VEGETAL, ANIMAL E MINERAL .....	115
VOCÊ LEITOR! .....	116
TRABALHO NA CIDADE: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS .....	118
O CAMPO E A CIDADE DEPENDEM UM DO OUTRO .....	119
DO TRIGO AO PÃO .....	120
COMÉRCIO NAS CIDADES .....	122
OS SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO .....	123

#### CAPÍTULO 4 • TRABALHO E LAZER: PASSADO E PRESENTE .....

PROFISSÕES RECENTES .....	125
VOCÊ LEITOR! .....	127
PROFISSÕES ANTIGAS .....	128
PROFISSÕES DO PASSADO NO PRESENTE .....	130
LAZER HOJE .....	131
LAZER EM OUTROS TEMPOS .....	132
O CIRCO, UMA DIVERSÃO MUITO ANTIGA .....	134
VOCÊ LEITOR! .....	136
INTEGRANDO COM... LÍNGUA PORTUGUESA .....	138

#### OUTRAS LEITURAS .....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	142
MATERIAL COMPLEMENTAR – MAPAS .....	143



DAVE HOGAN FOR ONE LOVE MANCHESTER/GETTY IMAGES

**ANEXO 2: Formulário docente da rede municipal de Educação de Vera Cruz  
(aplicado via google forms)**

Caro/a Professor/a,

Sou graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia com o trabalho final de curso intitulado “A discriminação do negro no livro didático de História”. Esse estudo tem como objetivo geral compreender a concepção sobre o negro impregnada no livro didático de história do 3º ano do fundamental I da rede municipal de Educação de Vera Cruz.

Conto com a sua participação para responder o questionário abaixo, ao tempo que informo que os dados coletados/produzidos na pesquisa são confidenciais.

Desde já agradeço sua atenção e disponibilidade para responder às questões propostas.

Atenciosamente

Erilma dos Santos

PERGUNTAS:

Nome:

E-mail:

Qual a sua Cor/Raça? (classificação do IBGE)

Preta  
Parda  
Branca  
Amarela  
Indígena

Idade/Data de Nascimento:

Estado Civil:

Solteiro  
Casado  
Viúvo

Cidade de Nascimento:

Religião:

Endereço (rua, nº, bairro):

Telefones: Residencial:

Celular:

Sobre o livro didático da sua escola:

Você utiliza apenas este material nas suas aulas. Justifique

Você utiliza o livro didático com o apoio de outros materiais. Quais?

Você não utiliza o livro didático. Por quê?

Qual sua opinião sobre como pessoas negras são representadas nos livros didáticos e paradidáticos que são utilizados em sua escola?

Você conhece ou já ouviu falar das leis 10.639/03 e/ou 11.645/08?

Qual é a maior dificuldade em tratar das questões raciais em sala de aula/na escola?

Se você respondeu sim, justifique sua resposta.

Você já fez algum curso pela secretaria de educação ou por conta própria?

Sim

Não

Se respondeu sim, qual?

Como são as comemorações do novembro negro na escola ou no município, qual a metodologia utilizada?

A temática sobre o ensino da história e cultura Afro- brasileira e Africana aparece nos currículos da rede?

Sim

Não

Se aparece, de que forma?

Qual a sua avaliação sobre os livros didáticos que você utiliza em sala de aula na abordagem de personagens negros?

O que você acha da necessidade de usar leis que obrigam o ensino de cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas?

Grata!

**ANEXO 3: Solicitação de dados a Secretaria Municipal de educação de Vera Cruz/BA:**

Vera Cruz, 04 de novembro de 2020.

Of. S/N – 2020

Assunto – Informações da Semed

ERILMA DOS SANTOS, estudante da Universidade Federal da Bahia UFBA venho por meio deste documento, solicitar informações da Secretaria Municipal de Educação, deste município, a respeito de dados desta rede municipal de educação. Solicitações tais: Total de professores da rede, quantos de história, currículo escolar de história, quantidades de escolas municipais do fundamental I, quantidade de alunos do fundamental I. Formação de professores da rede (o município oferece formação? Como é feita a escolha do livro didático de História.

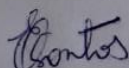
As informações serão necessárias para a conclusão do trabalho acadêmico do curso de Pedagogia, pois estou em fase de conclusão.

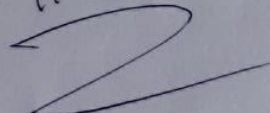
Atenciosamente,

Erilma dos Santos

Graduanda em Pedagogia

[eryimaa52@hotmail.com](mailto:eryimaa52@hotmail.com)





Uzêda Sales  
04/11/2020  


Ao Ilm<sup>o</sup>

Sr. José Mario de Jesus Uzêda Sales.

M.D Diretor de Ensino

**ANEXO 4: Informações prestadas pela secretaria Municipal de educação de Vera Cruz/BA:**


 PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ  
 Rua São Bento, 123- Centro- Mar Grande  
 44470-000- Vera Cruz/BA  
  
 SEMED – Secretaria Municipal de Educação.

Atendendo a solicitação da senhora ERILMA DOS SANTOS, Estudante de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, através do ofício s/n, datado do dia 04 de novembro de 2020, venho por meio deste, apresentar as informações solicitadas, tais como: total de professores da rede; quantitativo de professores de história; currículo de História; quantidade de escolas do Ensino Fundamental I; como é feita a formação de professores; como é feita a escolha do livro didático.

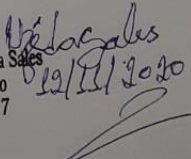
Segue abaixo respostas ao solicitado:

	EFETIVOS	CONTRATOS	TOTAL
Professores da Rede	242	230	472
Professores de História	07(sete)	06 (seis)	13 (treze)

Quantidade de Escolas do Fundamental I	36 escolas
--	------------

Quantidade de alunos do Fundamental I	2.869 alunos
---------------------------------------	--------------

Formação de professores na rede municipal – o município usa os momentos de Atividade Complementar – AC para realizar a formação continuada. Pois como cita alguns teóricos, o momento de AC deve ser utilizado para a formação.

José Mario de J. Uzeda Sales  
 Diretor de Ensino  
 Decreto 042/2017  


**Escolha do Livro Didático** – a escolha do livro didático é feita da seguinte maneira:  
**Primeiro** - as editoras entregam os livros na Secretaria de Educação e a secretaria envia para as escolas.

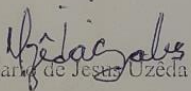
**Segundo** – Nas escolas, os professores escolhem o livro didático.

**Terceiro** – Nos momentos de Atividade Complementar, é realizada uma escolha coletiva com a participação dos professores e coordenadores pedagógicos.

**Currículo de História** – o currículo de História segue em anexo.

Esperamos ter atendido o solicitado, ao tempo que nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e novas informações caso sejam necessários.

Vera Cruz, 09 de novembro de 2020.

  
José Mario de Jesus Uzeda Sales

Diretor de Ensino

Dec. 042/2017

19/11/2020  
José Mario de J. Uzeda Sales  
Diretor de Ensino  
Decreto 042/2017

Ciente da Solicitante

Erilma dos Santos

Data do recebido \_\_\_\_\_